

INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS EM VITÓRIA - 1900 - 1955: MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO TERRITORIAL – José Francisco Bernardino Freitas – Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo – NAU da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES ^[1].

As informações contidas neste documento resultam de busca documental, que faz parte de pesquisa integrada em nível nacional, iniciada em 1992, envolvendo oito capitais, com a participação de sete universidades brasileiras ^[2]. Essa pesquisa objetiva a reflexão crítica para a compreensão da formação tanto do pensamento quanto propriamente do urbanismo e planejamento urbano no Brasil, no século XX. A pesquisa "*Os relatórios e mensagens de governo e os planos e projetos urbanísticos para Vitória 1900-1965*" pretende, com a inclusão destes documentos, ampliar o banco documental, originalmente composto de resumos de livros, artigos publicados, periódicos especializados, planos e projetos e legislação urbanística, além de dados dos acervos onde foram localizados os documentos e pequena biografia dos principais urbanistas identificados ^[3].

Tendo feito essas considerações, interessa esclarecer as intenções originais desse documento que pretende, essencialmente pelo exame dos relatórios e mensagens de governo, esboçar uma versão da história da capital do Espírito Santo na perspectiva das intervenções urbanísticas nesta realizadas no período entre 1900-1955 ^[4]. Para tanto, apresenta primeiramente de forma cronológica, o discurso desse conjunto de documentos, que reflete uma versão da história do ponto de vista oficial. Esse exame de documentação permite verificar as condições de desenvolvimento urbano da capital à época relacionando-as às intervenções governamentais, em particular as de caráter urbanístico, suas intenções e naturezas. Em um terceiro momento, esse documento destaca a importância que assumiram os aterros no período, como cúmplices do desenvolvimento e modernização desejados. Por fim, discute se é possível argumentar pela solução de continuidade das intervenções urbanísticas implementadas em Vitória nos diversos governos examinados, revelando aparentes contradições, indecisões ou determinações quanto às decisões governamentais no período.

Vale registrar que entre 1900 a 1955 o Governo do Estado esteve sob o comando tanto de interventores indicados pelo governo federal como governantes eleitos pelo voto popular, tendo alguns ocupado o posto por períodos de quase ou mais de dez anos e outros por menos de um ano ^[5]. A situação do Governo Municipal não foi diferente da acima descrita para o Estado ^[6]. Desse conjunto de governantes, na esfera municipal, muitos relatórios não foram localizados, conforme notas de referência ao final deste documento. Quanto ao governo estadual, grande parte dos relatórios e/ou mensagens de governo foram identificados, com exceção dos períodos de governo entre 1943 e 1947. Em assim sendo, por se basear quase que exclusivamente nas informações oficiais desses documentos, esta lacuna temporal se reflete nas análises e conclusões, enfim, na abrangência e continuidade do panorama aqui esboçado.

Os primeiros relatórios e a exposição dos negócios do Estado aqui examinados referem-se ao mandato de **Moniz Freire** entre 1900 e 1904. Inicialmente, o governante ressalta a difícil situação financeira do Estado, e ano seguinte inclui melhorias em alguns edifícios públicos. Segundo o governante essas intervenções se faziam essenciais haja vista a "*precária*" situação dos edifícios que aparentavam "*casebres*" sem "*condições*

básicas de higiene". Em sua gestão, a prioridade revelada pelas intervenções, aponta para uma preocupação em conectar o Estado com os demais estados vizinhos com vistas, particularmente, a exportação do café. No mandato seguinte, o coronel **Henrique da Silva Coutinho**, no relatório para o período de 1904 a 1908 indica ações, sobretudo, no interior do estado. Na capital os benefícios restringem-se à circulação de pessoas, ampliação dos serviços de abastecimento de água, luz e esgotos, benfeitorias nos portos e nas imediações do Palácio até a Ladeira Maria Ortiz com propósitos higienistas. Utilizando esse tipo de metáfora, conclui que o estado necessitava sair de sua condição de "*enfermo*" do ponto de vista de seus recursos financeiros. Na seqüência, entre 1908 e 1912, **Jerônimo Monteiro**, indica ações administrativas e organizacionais para superar os problemas financeiros do estado. Dirige sua atenção ao funcionalismo público para o qual constrói habitações. Intervenções sanitaristas são realizadas na capital que, segundo o governante, ainda não apresentava condições adequadas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica da mesma forma que em seus portos. Em sua visão, em todo o estado e em Vitória, parecia "*que tudo estava por fazer*"^[7]. É em seu governo que se iniciam os aterros do mangal do Campinho para dar origem a Vila Moscoso, extinguindo na sua opinião, focos permanentes de infecção, ajardinando a área e a transformando em "*atraente logradouro público*".

Em 1912 assume o governo estadual, o coronel **Marcondes Alves de Souza**. Em seu período de quatro anos, o governante age em benefício da agricultura, tanto por incentivos ao plantio quanto à promoção de circulação dos produtos. Aparentemente seu governo não inclui intervenções na capital da ordem e natureza das realizadas pelo governo anterior^[8]. Para o governo municipal, são localizados os relatórios de **Washington Tobias de Vasconcelos Pessoa** para 1914 e 1915. Nestes, as benfeitorias em pavimentação e saneamento de logradouros públicos com propósitos de embelezamento e higienização da cidade, adquirem destaque^[9].

Bernardino de Souza Monteiro, em seu relatório para o período 1916 a 1920, apresenta planos futuros para o Estado, em que considera a agricultura como essencial - "*a maior riqueza clássica*" e seu governo se pauta basicamente em benfeitorias neste sentido, com destaque aos transportes e circulação rodoviária. Ressalta um número de aterros, drenagens superficiais, regularização de valas e roçagem, realizados na capital cujos propósitos sanitaristas se incumbiam de prevenir contra as epidemias^[10]. Para o município, neste período, a mensagem de **Henrique de Novaes** de 1919 expressa preocupação em dotar as vias da capital de condições de permitir acessibilidade adequadas para e aos municípios vizinhos.

O único relatório encontrado para o sucessor de Monteiro no governo estadual, foi a de 1922. Neste, o coronel **Nestor Gomes**, dá continuidade aos investimentos em estrada de rodagens no interior do estado da mesma forma que se encarrega de obras de remodelação e embelezamento da capital. A mensagem do governante sucessor, **Florentino Avidos** para o período de 1924 a 1928 corrobora, sobretudo, as ações empreendidas desde o governo de Jerônimo Monteiro de remodelação e embelezamento, com propósitos higienistas ou sanitaristas e, esclarece os primordiais objetivos dos serviços de aterros, drenagens e roçadas realizados nos arrabaldes da Praia Comprida, Suá e Jucutuquara como de prevenção ao surto de doenças^[11].

Avidos, com a presença do presidente da nação, lança a pedra fundamental em 1926 para a construção de "grande" ponte metálica que ligaria Vitória ao continente, considerando-a importante tanto devido à "*phase de intenso desenvolvimento*" da capital quanto pelas atividades de escoamento da produção por superfície que facilitaria. Para o município de Vitória, **Octávio Índio do Brasil Peixoto** aponta, intervenções em melhoria e construção de vias, edifícios públicos e melhoramentos de serviços, em sua maioria, situados no centro de Vitória. Menções aos arrabaldes dizem respeito a Jucutuquara e a Santo Antônio, calçamento na Avenida Ordem e Progresso e na Estrada de Fradinhos e na Avenida de Penha. Inclui também a construção e conservação, dentre outras, das rodovias de Cambury, Jacarahype, Manguinhos, todas elas com o propósito de facilitar o abastecimento de peixe e produtos de pequena lavoura para a capital ^[12]. O relatório de **Moacir Monteiro Avidos**, destaca com relação ao ano de 1928, que as atividades na capital pretenderam "*o decoro da cidade*" ^[13].

Tendo por base as mensagens até aqui analisadas, pode-se argumentar que ponto de vista das intervenções urbanas em Vitória, os aterros já em processo de construção, e as obras de adequação e embelezamento da capital, em especial em aterros anteriormente realizados, indicam ao final desta década que a cidade se desenvolve da região do Porto à Ilha do Príncipe, área que representava quase a totalidade de sua extensão territorial urbanizada. A prioridade de reconstrução da capital indicada na virada do século e confirmada na primeira década do século vinte com propósitos modernizadores, de embelezamento, sanitarismo e de expansão, tem seus primeiros indícios de materialização ao final dos anos de 1920. O estudo de Casagrande (1998) confirma essa assertiva do ponto de vista da legislação promulgada no período ^[14]. Interessa aqui destacar a delimitação em 1926 ^[15] pelo decreto municipal de nº 280 da área urbana, da suburbana e, da rural de Vitória, que dois anos depois, é alterado com a ampliação da área suburbana do município ^[16]. Os bairros de Santo Antônio, Forte de São João ainda estão incluídos nesta zona suburbana que também compreende os arrabaldes da Bomba, Santa Lúcia, Praia Comprida e Suá. Observe-se que a distinção das áreas nos decretos definidas como bairros ou arrabaldes, certamente indica uma proximidade territorial a área central de Vitória única tratada como zona urbana da capital. Entretanto, é possível argumentar que essa legislação pretendesse antecipar uma orientação de crescimento que já se explicitara antes da virada do século mas que só vai se materializar a partir dos anos de 1940, conforme examinado mais adiante neste estudo.

Em sua mensagem de 1929, **Aristeu Borges de Aguiar**, indica grande empenho do governo em dotar o Estado de abrangente plano rodoviário com vistas a seu desenvolvimento econômico prevendo uma rede de estradas com um número de pontes como parte das ligações. Em Vitória, o plano conta com as Pontes da Passagem, ^[17] e a Forentino Avidos. O documento ressalta que todos esses investimentos em estradas de rodagem além dos investimentos na Estrada de Ferro do Litoral, visam agilizar o escoamento da produção ao Porto de Vitória. O relatório aponta ser o Porto, "*uma das grandes obras que mais falta têm feito ao desenvolvimento do nosso Estado*" (p. 162) ^[18]. Ainda no ano de 1928 é elaborado um plano para a construção do cais de contorno da Ilha do Príncipe que previa também o aterro dos mangues marginais e o arruamento dos

terrenos existentes e a serem acrescidos ^[19]. Assim, Aguiar, sucedendo Avidos, contrata, em 1929, os serviços para a implementação desse plano. O governante enfatiza que "*com essas obras, Victoria ficará dotada de uma extensa área para edificações, em local pittoresco e de fácil acesso*" (p. 169).

Importa aqui destacar que neste período a despeito da afirmação acima, os aterros sempre encontravam justificativa na promoção da salubridade e acessibilidade necessária ao desenvolvimento da cidade ^[20]. É possível, desta forma argumentar, que a intenção de expansão territorial, ainda que nesta época idealizada, não se constitui no argumento de justificativa aos aterros procedidos na capital. Vale ressaltar que esse plano de Aguiar e os propósitos de ocupação da área de aterro nas imediações da Ilha do Príncipe, não se materializam até os anos de 1960. Assim, os objetivos de expansão territorial, nas intenções dos governos, passam a se apresentar, de maneira adicional ou complementar, aos argumentos sanitaristas e de melhorias de acessibilidade que sempre predominaram e justificaram aterros concebidos e realizados em períodos anteriores ^[21], e aparentemente, só passam a figurar como razão principal no governo de Jones dos Santos Neves, conforme examinado mais adiante.

Em 1929, com o argumento de embelezamento da cidade, o governante, contrata o engenheiro Raul Lessa de Saldanha da Gama para elaborar um plano de remodelamento para a capital. Esse entendimento de Aguiar, do ponto de vista das intervenções urbanísticas até então realizadas na capital, pode estar relacionado às possibilidades de ocupação da área da Praia Comprida, que parece começar a se esboçar como de expansão da cidade. Entretanto, nesta época, as intervenções constituídas de aterros, efetuadas na região devido a suas proporções e propósitos, em geral de melhoria de pequenos acessos, indicam finalidade quase que assistencial às famílias ali residentes, não guardando ainda proporções que justificassem incluir o propósito de expansão territorial como relevante motivação para realização desses aterros.

O prefeito da capital, **Paulino Müller**, no ano de 1937 revela que as principais intervenções no período se desenvolvem, por um lado, da região do Parque Moscoso e Vila Rubim a Santo Antônio no sentido oeste da área central da ilha de Vitória e por outro, na região de Jucutuquara a leste do centro da cidade. A despeito da dificuldade de se julgar tendo por base um único documento municipal, as intervenções de Müller e o volume de obras da área central ao início de 1930, podem indicar que os governantes já se preocupavam em orientar o crescimento da cidade para fora de sua área mais central, ainda que, nesta década, parecesse incerto o rumo que este crescimento iria tomar ^[22]. De um lado, é possível que os obstáculos a serem superados para que o crescimento da cidade se orientasse na direção das praias fosse visto por parte dos governos como de maior dificuldade de superação, seja do ponto de vista técnico ou financeiro. De outro, os governantes demonstravam interesse em elaborar propostas de investimentos de proporções significativas que passavam a ser localizados nas imediações e à leste da área central. Essa definição de prioridades pode também justificar a atitude dos governantes quanto à região da Ilha do Príncipe. Esta região recebe inúmeros planos e projetos cujos propósitos de ocupação e desenvolvimento parecem incertos tanto devido à indefinições quanto a implementação desses planos como às sucessivas alterações quanto aos propósitos de ocupação dessas áreas de aterro expressas nestes

mesmos planos.

O documento localizado na seqüência cronológica, refere-se aos anos de 1930 a 1943, período de doze anos de governo do major **João Punaro Bley** designado interventor federal no estado. Bley, indica a construções e melhorias de estradas de rodagem que realiza, fazendo com que a capital estivesse ligada a todas as sedes municipais através das "*redes rodoviárias*" do norte ao sul. Merecem destaque em seu período de governo as intervenções realizadas na capital com o propósito explícito de "*remodelação da cidade*" dotando-a dos requisitos que "*exige o urbanismo moderno*" ^[23]. O governo promove a execução da Planta do Município tomando por referências os elementos exigidos pelo Conselho Nacional de Geografia e em 1938 dá nova delimitação aos seus três distritos, com o estabelecimento de suas extensões físicas e territoriais pelo decreto nº 720 de 30 de maio de 1938 ^[24]. Indica para a execução dos planos urbanísticos de melhoramentos, a necessidade dos aterros dos mangues existentes tanto em Jucutuquara quanto na Praia Comprida. Essa região de acordo com o relato de Bley, se constituía no "*balneário mais procurado*" pela população da época. É no período de intervenção de Bley que as obras do Porto de Vitória se intensificam e são concluídas.

Da segunda metade dos anos de 1930, em seu período de 12 anos de intervenção, pode-se concluir baseado no relato de Bley que o governante também se envolveu na promoção de novos aterros ilha de Vitória. Na verdade os primeiros aterros a que se tem notícia foram efetuados com propósitos de acessibilidade e, como na região do Parque Moscoso, resultaram em insalubridade que mais tarde passou a ser o argumento para a realização de novos aterros na região. Até então o propósito de expansão territorial consistia em argumento secundário apenas mencionado na mensagem de Aguiar de 1929 e relacionado a um plano de ocupação da Ilha do Príncipe que até os anos de 1960, não teve condições de ser materializado. Importa esclarecer que o próprio aterro do Porto de Vitória a despeito de criar uma área de expansão territorial para abrigar as atividades portuárias tem como justificativa as melhorias de acessibilidade em benefício da promoção do escoamento da produção. Alguns futuros importantes aterros que passariam a desempenhar o relevante papel de áreas de expansão para ocupação residencial, comercial ou de serviços, foram promovidos com propósitos sanitaristas ou de acessibilidade. São eles: o do Forte São João em 1919, o de Jucutuquara em 1920/1924, o da Ilha de Santa Maria e Monte Belo em 1925, e o da Praia Comprida em 1926. Ressalte-se no entanto, no mandato de Bley, o início da construção de pequenos aterros, com propósitos idênticos aos anteriores de promover acessibilidade, em 1936 em trechos da Enseada do Suá. O que se pode perceber é que na maioria dos casos, quando da materialização desses projetos de aterro sua ocupação acaba por resultar em área de expansão territorial com propósitos residenciais, comerciais ou de serviços. Entretanto, os propósitos oficiais quanto aos aterros que os originaram ainda se restringem a benefícios à acessibilidade e à saúde da população.

A partir de então, se nas próprias palavras de Bley, a região da Praia Comprida se constituía em região balneária a legislação de 1938, já parecia querer antecipar o contrário, por incluir toda a ilha de Vitória e a maioria das outras ilhas dos arredores no primeiro distrito. É ainda legítimo argumentar que aparentemente os doze anos de governo de Bley não são suficientes para explicitar a orientação quando ao crescimento ou

expansão da cidade. Pode-se dizer que suas intervenções na capital são essencialmente focalizadas na região central de Vitória com propósitos de embelezamento e remodelação ^[25]. Nesse momento, era possível imaginar que a cidade, dotada de um porto que a conectasse com o mundo, demandasse uma imagem de modernidade e de civilização. Entretanto, as mais importantes atividades e serviços oferecidos pela cidade continuavam ainda restritos às imediações da área central. A região da Praia Comprida continuava a receber intervenções em proporções que não a permitia deixar de ser considerada balneária.

Cumprir destacar que na seqüência cronológica a que nos propusemos, não foram localizados os relatórios dos governantes de 1943 a 1945 que inclui o período em que **Jones dos Santos Neves** governa como interventor federal. Acredita-se, no entanto, que neste período, a Segunda Guerra Mundial tenha resultado em arrefecimento quanto aos investimentos de caráter urbanístico em Vitória. A anteriormente mencionada, análise dos instrumentos legais, procedida por Casagrande (1998) indica que, pela legislação promulgada no período, pode-se perceber poucas intenções de investimentos e projetos do poder público. Outro exemplo dessa possibilidade de arrefecimento de investimentos é a rescisão de um contrato para construção de um cais especial para exportação de minérios no porto de Vitória, intitulado o Contrato de Washington, firmado em 1942 com o governo norte-americano.

Do governo de **Carlos Fernando Monteiro Lindenberg**, foram identificados quatro relatórios, para o período de 1947 a 1950. Lindenberg ressalta que a situação em que encontrou as finanças do estado não o permitiu inaugurar obras da natureza das correspondentes às "*fases de largos empreendimentos*" e de "*numerosas obras*" por que tinha passado o estado, restando-lhe apenas a conclusão das já iniciadas. Relata que no sentido de evitar que a situação perdurasse por exercícios futuros sua função seria desenvolver a agricultura pecuária e a indústria objetivando "*a exoneração do café*" do ônus ser quase o exclusivo responsável pela posição das finanças do estado. Ressente de medidas de fixação do "*homem ao meio rural*" ^[26], como um dos elementos de fomento à produção agropecuária. Quanto à situação da capital, o governante destaca que planos e "*iniciativas outras de maior vulto*" estavam sendo estudadas e argumenta pela necessidade de um Plano Diretor de urbanização para a cidade. No caso do mangue de Vitória, o governante indica que haviam sido realizados aterros e que a "*área plana edificável*" estava quase "*totalmente utilizada*". Essa afirmação do relatório de Lindenberg pode demonstrar um entendimento do governante de que a solução para o crescimento da capital seria a vericalização de suas construções ou a incorporação de áreas de mar. Neste momento, ainda que não totalmente explicitado, começa-se a esboçar uma pretensão de expansão territorial que os sucessivos aterros, vão, mais tarde, materializar. Para viabilizar a construção de casas populares, cujo início das construções havia sido diversas vezes postergado, propõe a instituição da Fundação da Casa Popular, tendo já ao final de 1947, sido instalado o Conselho Estadual conforme previsto em lei ^[27].

O período de Lindenberg apresenta-se marcado por intenções de diversificação das atividades agrícolas e, conseqüentemente, com investimentos dirigidos as áreas rurais que, naturalmente, se reverberavam na capital, em especial, quanto ao Porto de Vitória. Seu mandato é também marcado por uma intenção de

remodelação da capital. Neste a preocupação com a reconstrução da cidade é evidente pelas diversas benfeitorias e regulamentações quanto ao calçamento, abertura, alinhamento, desapropriações para alargamento das vias da capital, além da construção de diversos edifícios públicos como repartições públicas municipais, estaduais, hospitais, escolas e mesmo de uso público como hotéis. Também confirmam esta intenção as comissões e conselhos instituídos para o planejamento e regulamentação das intervenções urbanas na capital. Merecem destaque aqui, a conclusão das obras de calçamento das avenidas de Penha e Saturnino de Brito na região do Novo Arrabalde de Vitória em 1948 e a chegada de equipamentos de educação com a construção de um grupo escolar na região. Pode-se admitir que no governo Lindenberg região da Praia Comprida demandava mais ações e atenção do que nos governos anteriores até pela extensão dos serviços de educação à região. Tendo por base os documentos examinados, parece legítimo argumentar que neste fim de década de 1940, fica definitivamente consolidada a orientação que a cidade deve seguir. Entretanto ainda é prematuro falar de industrialização, ainda que o estado se movimentasse para escapar da monocultura cafeeira com a diversificação para a cultura do arroz, milho, feijão, batata e algodão, ainda que neste fim de década, a safra e a resultante exportação do café tenha atingido cifras otimistas.

Em 1952, **Jones dos Santos Neves**, abre sua mensagem á Assembléia Legislativa destacando feitos de seu primeiro ano de governo (1951) e enfatizando que o Espírito Santo necessitava "*acelerar a marcha triunfal de sua civilização*" (p. 04), em compasso com as demais unidades da Federação, sendo "*capaz de vencer as fôrças da inércia e comandar o desenvolvimento de seu progresso*" (p. 05). Com esse objetivo, Santos Neves submete ao Legislativo um arrojado "*Plano de Valorização Econômica do Estado do Espírito Santo*" que devido, segundo suas próprias palavras a seu "*aspecto de gigantismo inalcançavel*" (p. 06) não causou boas impressões iniciais. No entanto, argumenta, que diante dos resultados alcançados nos primeiros meses de sua implementação "*cedeu lugar à certeza de sua praticabilidade*" (p. 06)^[28]. O relatório indica que além do aterro da Capixaba encontravam-se adiantadas as obras do aterro dos manguais entre o forte São João e Bento Ferreira haviam sido iniciadas em julho. Grande parte do desmonte dos morros da região teria suas pedras aproveitadas para enrocamentos à margem do canal e para a pavimentação das ruas a serem abertas. Aponta "*considerável aumento*" da área edificável da capital do Estado, em conseqüências dos aterros realizados. Indica que estas novas áreas se prestavam ao desenvolvimento, "*com ampla capacidade de desenvolvimento que lhe serão oferecidos pelo potencial elétrico de 'Rio Bonito' e pelo crescente progresso e reaparelhamento de seu magnífico Porto*" (p. 170). Percebe-se neste momento uma inversão no argumento para a necessidade dos aterros. O propósito de expansão passa a predominar para justificá-los, sendo complementado com o de benefícios à acessibilidade.

No ano de 1951, Santos Neves, procede a uma série de inaugurações na oportunidade das celebrações dos quatrocentos anos de Vitória que recebe a presença do presidente Vargas no mês de setembro^[29]. No ano seguinte de 1953, Santos Neves, apresenta o relatório de 1952 e indica que as obras já iniciadas encontravam-se em ritmo acelerado representando em menos de dois anos, "*quase o dôbro da área conquistada em todos os*

períodos de sua história" (p. 08) com os aterros de Bento Ferreira e Capixaba. Indica que das áreas conquistadas ao mar, já haviam sido postos a venda mais de duzentos e cinquenta lotes para construção em Bento Ferreira onde o governo anunciava um bairro residencial "*dos mais disputados da Capital*". Indica que entre Bento Ferreira e Forte São João, até o final de 1952, já havia sido concluído o aterro de uma área de mais de quatrocentos mil metros quadrados^[30]. Para o município de Vitória, a mensagem de 1954 anuncia que seria necessária a concepção de um Plano Municipal de Obras e Empreendimentos que pressupusesse uma reforma na legislação tributária e indica um conjunto de investimentos prioritários, dentre os quais a construção da estação rodoviária e expansão do Plano de Urbanização da Cidade. Jones dos Santos Neves parecia querer garantir a orientação de crescimento que suas intervenções determinava para Vitória.

No ano seguinte, Jones Santos Neves é sucedido por **Francisco Lacerda de Aguiar** que realiza prestação de contas em carta encaminhada ao povo do Estado do Espírito Santo. Neste documento o governante aponta as dificuldades encontradas na administração devido à "*corrupção administrativa*" que compreendia desvios de verba, gastos além da receita, o não pagamento do funcionalismo, fornecedores e empreiteiros. Adota, para reativar a arrecadação e saldar os débitos, medidas que incluem a diminuição das despesas e a postergação de todos os encargos adiáveis. O governante argumenta ter reiniciado as obras ainda não concluídas pelo governo anterior que devido à "*excessos de planos*" necessitavam reajustes.

Pode-se dizer que o período de governo de Jones de Santos Neves é marcado por intenções "*arrojadas*" derivadas de um entusiasmo e um vigor desenvolvimentista transmitido e explicitado pela própria retórica de seus relatórios e mensagens. A intenção de expansão territorial de Vitória é clara. Santos Neves considera a necessidade de ganhar terras para promover as atividades inerentes ao Porto de Vitória no centro da cidade e promove o aterro da Esplanada Capixaba, da mesma forma que promove aterros em Bento Ferreira. Na visão de Santos Neves a cidade precisava crescer fisicamente para acomodar o desenvolvimento previsto. A expansão como concebida pelo governante toma agora o rumo das praias.

Os planos dos governantes anteriores que consideraram a região da Ilha do Príncipe como importante para a expansão comercial e residencial da cidade (1928, 1929, 1930-33) ou mesmo a proposição do urbanista Alfred Agache comissionada em sua administração como interventor federal não mais recebem sua atenção. Vale dizer que o plano assessorado pelo urbanista Alfred Agache, é abrangente o suficiente para incluir proposições em ambas as direções à leste e oeste da área central de Vitória. Sem maiores aprofundamentos nas proposições desse plano, pode-se argumentar que, caso Santos Neves tenha tomado por base as proposições de Agache, isto se refere às proposições para a região mais a oeste da área central.

Todas essas considerações nos permitem argumentar que as intervenções urbanísticas realizadas na capital no período de alguma forma guardam relações entre si, e por estas relações, pode-se dizer que receberam solução de continuidade. Interessa ressaltar que o entendimento da necessidade de diversificação da cultura aparece de forma re-incidente desde o primeiro relatório neste estudo analisado. O Porto de Vitória e os investimentos viários em benefício da acessibilidade seja rodoviária ou ferroviária parecem ser resultado dessa

necessidade de diversificação, recebendo atenção de todos os governantes do período.

No entanto os relatórios e mensagens dos diversos governos examinadas indicam que cada governante se expressou de maneira diferenciada quanto a suas intenções e propósitos quanto ao desenvolvimento da capital. Ora a área central da cidade passava por necessidade de embelezamento ou de saneamento, ora recebia investimentos por necessidade de ampliação física, resultado de intervenções direta (porto) ou indiretamente (rodo ou ferrovias) realizadas em seu território.

A análise revela ainda que em diversos momentos, a área central experimentou necessidades de reconstrução, talvez por indecisão ou contradição entre governantes quanto à orientação de seu desenvolvimento urbano, até que fosse viabilizada essa orientação de sua expansão territorial para fora de seus limites, no rumo das praias, a noroeste da ilha de Vitória, em direção à região continental do município.

¹ **José Francisco Bernardino Freitas** é graduado em Arquitetura e Urbanismo, doutor (Ph.D.) na área de Planejamento do Desenvolvimento Urbano pelo Departamento de Geografia do University College, London da Universidade de Londres, professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, e pesquisador do Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo – NAU da UFES. E-mail: satierf@npd.ufes.br.

² Rio de Janeiro e Niterói (UFF), São Paulo (USP), Vitória (UFES), Recife (UFPE), Salvador (UFBA), Belo Horizonte (UFJF) e Porto Alegre (UFRGS).

³ Maiores detalhes ver **Leme, Maria C. de S.** (coordenadora) *Urbanismo no Brasil: 1896-1965*. São Paulo: FUPAM/Studio Nobel, 1999, **Leme, Maria C. de S.** (coordenadora) CD-Rom - urbanismo.br - *Urbanismo no Brasil: banco documental sobre urbanismo e planejamento urbano no Brasil*. São Paulo: Semiotic Systems, 2001, ver ainda o website: www.urbanismobr.org.

⁴ Importa ressaltar que o exame do período de 50 anos proposto com elevado número de documentos pesquisados, associado ao limitado número de páginas para este documento resultou na decisão de inclusão, em notas de fim de texto, tanto as referências bibliográficas dos documentos consultados quanto às informações que suportam as argumentações desenvolvidas neste estudo. Vale também enfatizar que palavras e expressões recorrentes nos documentos consultados são aqui apresentadas em itálicos e entre aspas, sem o compromisso de sua localização precisa no documento.

⁵ **José de Mello Carvalho Moniz Freire (1900-04)** - Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo na Abertura da Terceira Sessão da Terceira Legislatura pelo Presidente do Estado Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire – 1900, Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo na Abertura da Primeira Sessão da Quarta Legislatura pelo Presidente do Estado Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire em 28 de Setembro de 1901, Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo na Abertura da Segunda Sessão da Quarta Legislatura pelo Presidente do Estado Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire em Outubro de 1902, Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo na Abertura da Terceira Sessão da Quarta Legislatura pelo Presidente do Estado Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire em 22 de Setembro de 1903, Exposição Sobre os Negócios do Estado no Quatriênio de 1900 a 1904 pelo Exmo. Snr. Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire Presidente do Estado no mesmo período.

Coronel Henrique da Silva Coutinho (1904-08) - Exposição Sobre os Negócios do Estado no Quatriênio de 1904 a 1908 pelo Exmo. Snr. coronel Henrique da Silva Coutinho em 23 (vinte e três) de Maio de 1908.

Jeronimo de Souza Monteiro (1908-12) - Exposição Sobre os Negócios do Estado no Quatriênio de 1908 a 1912 pelo Exmo. Snr. Dr. Jeronimo Monteiro Presidente do Estado no mesmo período

Coronel Marcondes Alves de Souza (1912-16) - Estado do Espírito Santo – Relatório Sobre os Negócios do Estado no Período Governamental de 1912 a 1916, apresentado ao Congresso Legislativo do Estado no dia 22 de Maio de 1916 pelo Exmo. Snr. coronel Marcondes Alves de Souza.

Bernardino de Souza Monteiro (1916-1920) - Relatório Apresentado pelo Dr. Bernardino de Souza Monteiro, Presidente do Estado, de sua Gestão no Quatriênio de 23 de Maio de 1916 a 23 de Maio de 1920, ao passar o Governo do Espírito Santo ao seu Sucessor Exmo. Snr. coronel Nestor Gomes.

Coronel Nestor Gomes (1920-24) - Mensagem Apresentada pelo Presidente Nestor Gomes ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo, em 07 de Setembro de 1922.

Florentino Avidos (1924-1928) - Mensagem Final Apresentada pelo Exmo. Snr. Presidnete do Estado do Espírito Santo, Dr. Florentino Avidos ao Congresso Legislativo, a 15 de Junho de 1928, Contendo Dados Completos de todos os Serviços Prestados no Quatriênio de 1924-1928.

Aristeu Borges de Aguiar (1928-30) - Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo na 2ª Sessão da 13ª Legislatura em 07 de setembro de 1929 pelo Doutor Aristeu Borges de Aguiar, Presidente do Estado do Espírito Santo e Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 3ª Sessão da 13ª Legislatura em 22 de setembro de 1930 pelo Doutor Aristeu Borges de Aguiar, Presidente do Estado do Espírito Santo.

Major João Punaro Bley (1930-43) - Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, pelo Major João Punaro Bley, interventor federal no Estado do Espírito Santo - 1943.

Jones dos Santos Neves (1943-45), José Rodrigues Sette (1945), Octávio de Carvalho Lengruber (1945-46), Aristides Alexandre Campos (1946), Moacir Ubirajara da Silva (1946-47) - Não localizados nos arquivos pesquisados.

Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (1947-51) - Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em sua Sessão Ordinária de 1947, pelo Governador Doutor Carlos Fernando Monteiro Lindenberg; Mensagem Apresentada à Assembléia

Legislativa do Estado em sua Sessão Ordinária pelo Governador Doutor Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, em 15 de março de 1948; Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em sua Sessão Ordinária de 1949 pelo Governador Doutor Carlos Fernando Monteiro Lindenberg e Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em sua Sessão Ordinária de 1950 pelo Governador Doutor Carlos Fernando Monteiro Lindenberg.

Jones dos Santos Neves (1951-55) - Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa Estadual por Ocasião da Abertura da Sessão Legislativa de 1952 pelo Doutor Jones dos Santos Neves, Governador do Estado; Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa Estadual por Ocasião da Abertura da Sessão Legislativa de 1953 pelo Doutor Jones dos Santos Neves, Governador do Estado e Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa Estadual por Ocasião da Abertura da Sessão Legislativa de 1954 pelo Doutor Jones dos Santos Neves, Governador do Estado.

Coronel Francisco Lacerda de Aguiar - O Governador Francisco Lacerda de Aguiar presta contas ao povo do Espírito Santo, Departamento de Imprensa Oficial, Vitória, 1955.

⁶ **Ceciliano Abel de Almeida (1909); José Bernardino Alves Júnior (1909 a 1910), Antônio Francisco de Ataíde (1910) Cassiano Cardoso Castelo (1910 a 1911), Waldemiro Fradesco da Silveira (1911 a 1913)** - Não localizados nos arquivos pesquisados.

Washington Tobias de Vasconcelos Pessoa (1914 a 1916) - Mensagem apresentada à Câmara Municipal pelo Dr. Washington Tobias de Vasconcelos Pessoa, Prefeito da capital, na Sessão de 23 de Maio de 1914. Mensagem apresentada à Câmara Municipal pelo Dr. Washington Tobias de Vasconcelos Pessoa, Prefeito da capital, na Sessão de 23 de Maio de 1915.

Henrique de Novaes (1916 a 1920) - Mensagem apresentada à Câmara Municipal pelo Doutor Henrique de Novaes na Sessão de 1919.

Euclides Camargo (1920), José de Souza Monteiro (1920), Antônio Pereira Lima (1920 a 1924) - Não localizados nos arquivos pesquisados.

Octávio Índio do Brasil Peixoto (1924 a 1928) - Mensagem apresentada à Câmara Municipal de Vitória pelo Prefeito Octávio Índio do Brasil Peixoto, na Sessão de 31 de dezembro de 1925, Mensagem apresentada à Câmara Municipal de Vitória pelo Exmo. Sr. Octávio Índio do Brasil Peixoto, Prefeito Municipal, na Sessão de 31 de dezembro de 1927, Mensagem apresentada à Câmara Municipal de Vitória pelo Exmo. Sr. Octávio Índio do Brasil Peixoto, Prefeito Municipal, na Sessão de 18 de junho de 1928.

Moacir Monteiro Avidos (1928-30) - Mensagem Apresentada à Câmara Municipal de Victoria pelo Prefeito Doutor Moacyr Avidos, dando contas dos Negócios do Município no anno de 1929.

Asdrúbal Martins Soares (1930-33), Laerte Rangel Brígido (1933), Augusto Seabra Muniz (1933-35), Álvaro Sarlo (1935-36) - Não localizados nos arquivos pesquisados.

Paulino Müller (1936-37) - Relatório do Prefeito 1936 - Doutor Paulino Müller - 1937.

Américo Poli Monjardim (1937-44), Henrique de Novaes (1945), Dalton Bastos (1945-46), Nelson Goulart Monteiro (1946), Américo Poli Monjardim (1946-47), Ceciliano Abel de Almeida (1947-48), Álvaro de Castro Mattos (1948-51), José Ribeiro Martins (1951-53), Armando Duarte Rabelo (1953-55), Sérynes Pereira Franco (1955) e, Adelpho Poli Monjardim (1955-57) - Não localizados nos arquivos pesquisados.

⁷ Para tanto, promove a confecção da planta cadastral de Vitória como suporte a sua intenção de realização de um "*plano uniforme de melhoramentos e de embelezamento de Vitória*". Segundo o governante a capital consistia em "*cidade mal construída ... de feição e arquitetura antiga e colonial*" (p.203). Cuidar da modernização, embelezamento e saneamento de Vitória passou a ser prioridade do governo de Monteiro. Almejava para Vitória um serviço portuário moderno para facilitar o escoamento de produtos, garantindo seu futuro econômico. Estes atributos são buscados por: re-estruturação dos serviços de limpeza pública e hospitalar; construção de drenos e valas coletoras, aterramentos e ajardinamentos de áreas; todos estes serviços com propósitos de evitar focos de infecção e epidemias. Em seu governo, é também entendida a linha de bondes do Forte São João à Praia do Suá, tendo assim concluído a ligação dos bairros de Santo Antônio ao Suá.

⁸ Entretanto, como forma de promover a ocupação de terrenos desocupados, em particular os dos arrabaldes, promulga o decreto nº 1264 de 1912 que estabelece redução de 50% (cinquenta por cento) sobre o preço de terrenos para aquisição por parte de funcionários públicos efetivos, da mesma forma que emite nova tabela para concessão de terrenos pelo decreto nº 1552 de 1913.

⁹ Os relatórios expressam uma intenção em transformar ruas em *boulevards*, que as praças e parques incluam "*artísticos*" jardins, da mesma forma que, a organização de modelos de plantas de edifícios de "*estilos modernos e elegantes*", para inspirar novas construções.

¹⁰ Serviços com este objetivo são ampliados para abranger drenagem de pântanos, secagem e saneamento de charcos, limpeza de margens de rios, novos drenos na área do Campinho, drenagem de trechos em bairros como Santo Antônio e Praia Comprida.

¹¹ Nas palavras do governante: *Em beneficio da salubridade, demoli velhas casas detestaveis, reconstrui os serviços de esgotos, remodelei e ampliei o serviço de agua e melhorei o dos esgotos pluviais. Alarguei e calçei várias ruas, fazendo escadarias, corriji alinhamentos extravagantes, dando realce ás novas fachadas e aspecto elegante á nossa praia, com ruas de contorno e construção de edificios publicos modernos vão mencionados no decorrer deste relatório* (p. 275).

¹² Merecem destaque na mensagem de 1927, o estudo topográfico realizado para o "*logar de Cambury*" situado ao final da Praia de Maruhype, cuja posição sugeria "*uma estação balnearia de verão*", da mesma forma que, o início da ocupação dos morros próximos a Santo Antônio, Jucutuquara, Suá e Praia Comprida. Para estes solicita ao governo do Estado os terrenos nestas proximidades a fim de permitir maior controle. Em suas próprias palavras: *e com certo desafogo, localizar toda essa gente, que, da noite para o dia, apesar dos esforços de fiscalização, arma barracas e casinhas, trepando pelos morros do Campinho, Santa Clara e Piedade, despindo o luxuriante verde de sua mattaria as montanhas, que circundam encantadoramente esta cidade e enchendo de remedos destoantes a sua escalada para a altura* (p.12).

¹³ A prioridade é constituída pelos serviços de limpeza que no ano subsequente se juntaram investimentos em iluminação pública, conservação de jardins ruas e estradas além de obras na Praia Comprida, construção do Horto Municipal e parte da Estrada de Cambury. Tem destaque no relatório do governante municipal o papel do serviço de fiscalização geral municipal encarregado de censura de fachadas na parte arquitetônica por parte do arquiteto Saldanha da Gama que chefiava a Comissão de Melhoramentos da Capital. Com esse serviço, o governante indica que, se evitava "*o surgimento de obras de arquitetura exótica e abaixo de toda a crítica*" (p. 63).

¹⁴ Maiores detalhes ver **Casagrande, B., *Vitória - 1900 - 1965: uma história a partir da legislação***, Relatório final de pesquisa de iniciação científica (orientação dos professores José Francisco Bernardino Freitas e Renata Hemanny de Almeida do Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo), PIBIC/CNPq/UFES, Vitória, 1998.

¹⁵ O Decreto nº 280, de 9 de Setembro de 1926, fixa a delimitação das zonas urbana, suburbana e rural do município de Vitória. A zona urbana abrange a área que vai do cruzamento da Vila Rubim até prolongamento da Av. da República, compreendendo vertente para o mar; entre os prolongamentos da Av. da República e Rua Sete de Setembro, nas mesmas condições; entre prolongamento da Rua Sete de Setembro e Forte São João. A zona suburbana abrange as localidades de Caratoyra, Santo Antônio, do Forte de São João até Jucutuquara, Praias do Suá e Comprida até a Ponte da Passagem, Ilhas do Príncipe e outras adjacências. A zona rural compreende a Ilha das Caieiras, Carapina, Porto de Queimados e, respectivas adjacências.

¹⁶ Essa ampliação da área da zona suburbana inclui os Bairros de Santo Antônio e Caratoyra, assim como dos Arrabaldes do Suá, Praia Comprida, Bomba, Santa Lúcia, Maruype, Jucutuquara e Forte de São João é efetuada pelo Decreto nº 342, de 24 de Novembro de 1928.

¹⁷ A Ponte da Passagem, de ligação da Ilha de Vitória à região continental norte do município, anteriormente com estrutura em madeira, é neste governo, reconstruída em concreto,

¹⁸ Vale mencionar que no governo de Aguiar toda a celeuma envolvendo a construção do porto em Vitória já havia sido solucionada desde 1906 quando o Governo Estadual outorgou a Companhia do Porto de Vitória a concessão das obras. Estas obras que se iniciaram na administração de Jeronimo Monteiro (1908-1912) tendo sido suspensas em 1914, devido à crise financeira provocada pela Primeira Guerra Mundial, foram novamente re-iniciadas apenas no governo de Florentino Avidos (1924-1928). É também do governo de Florentino Avidos o interesse em promover aterros, que as obras do porto demandaram, na área da Ilha do Príncipe pela necessidade da construção das seis pontes, assim denominada pelas cinco sessões metálicas que ligavam a Ilha do Príncipe ao continente (Vila Velha) e a sessão que ligava a Ilha do Príncipe a Vitória. A montagem destas pontes exigiu o primeiro aterro na região, em 1928, com o propósito de facilitar a acessibilidade para escoamento dos produtos movimentados no porto de Vitória. Maiores detalhes ver **Murari, R. de S., *Os aterros e a cidade de Vitória-ES: alterações e repercussões no espaço urbano - 1985-2000***, Relatório final de pesquisa de iniciação científica (orientação do professor José Francisco Bernardino Freitas do Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo), PIBIC/CNPq/UFES, Vitória, 2002.

¹⁹ Mensagem final apresentada pelo Exmo. Sr. Presidente do Estado do Espírito Santo, Doutor Florentino Avidos, ao Congresso Legislativo a 15 de junho de 1928, contendo dados completos de todos os serviços prestados no quadriênio de 1924-1928.

²⁰ Nas palavras do próprio Aguiar às páginas 169-70: *Sendo Victoria uma cidade magnificamente favorecida pela sua belleza panoramica, impunha-se o auxilio da mão de obra do homem á natureza para adaptá-la ás exigencias da hygiene e belleza das cidades modernas e faze-la o reflexo exacto da grandeza do Estado. Acresça-se a isso a necessidade imperiosa de um plano de conjuncto que, dentro dos princípios de urbanismo, oriente o crescimento de Victória.*

²¹ Razões sanitaristas e de acessibilidade prevaleceram para justificar todos os aterros anteriores aos iniciados no governo de Avidos, a saber: o do Largo da Conceição (atual Praça Costa Pereira) em 1755, aparentemente, o primeiro realizado em Vitória; o do Porto dos Padres em 1812/1819; o da região do Campinho (região do atual Parque Moscoso) iniciado em 1888; todos estes aterros combinando ambos os motivos.

²² Podem constituir indicadores de crescimento na direção às praias a própria concepção do Novo Arrabalde em 1896 e os possíveis conseqüentes aterros, em geral relacionados à questão de acessibilidade, em benefício de sua ocupação. Estes aterros foram iniciados nas regiões do Forte de São João em 1919, Jucutuquara no período de 1920/1924, Ilha de Santa Maria e Monte Belo em 1925, Praia Comprida em 1926. No entanto, as pequenas proporções desses aterros que se constituíam em aterros com propósitos de acessibilidade e em áreas localizadas, se comparadas às proporções dos aterros empreendidos na área central, sejam os que sucederam aos aterros iniciais ou mesmo os novos aterros (Porto e Esplanada Capixaba) ou mesmo os propostos a oeste do centro (Ilha do Príncipe iniciado em 1928), podem sugerir dúvida quanto à prioridade de orientação de crescimento atribuída pelos governantes neste período, diferentemente da aparente convicção de Moniz Freire antes do início do século, quanto à direção que o crescimento da cidade deveria seguir. Para as intervenções fora do perímetro de 1926, parece ainda persistir o caráter assistencialista à população residente nos arrabaldes ou em regiões suburbanas.

²³ Para isso, empreende a remodelação da Avenida Jeronimo Monteiro e estimula a construção de edifícios "*de cinco a mais pavimentos*". "*Antiquadas artérias*" são convertidas em "*ruas bonitas e amplas*" fazendo surgir bairros inteiros devidamente dotados de infra-estrutura, como o do São Francisco onde foram construídas "*belas e confortáveis residências*". Tem ainda destaque os serviços de iluminação pública em parques e vias resultando em incremento do "*número de lâmpadas em série*" em quase todos os logradouros da capital, além do plantio e replantio de árvores para a conservação das matas que "*formam o fundo da cidade*", tudo isso com o apoio do novo Horto do Município e do Orquidário no Parque Moscoso. Realiza ainda uma "*maquette*" da cidade e da ilha de Vitória, incluindo parte do continente que faz limite com a capital. A Estrada do Contorno, que circunda toda a ilha de Vitória é iniciada em abril de 1939 com o propósito de ligação do "*interior municipal*" ao "*núcleo central*" com o abastecimento de mercadorias. Constitui segundo o relatório, importante "*elemento de progresso econômico*" da capital. Bley, promove ainda compra e desapropriações, "*sem a interferência de terceiros*", de quase toda a área do Morro da Piedade, para facilitar a execução dos planos urbanísticos de melhoramentos da Praia Comprida, Santo Antônio, Horto Municipal antigo e Maruípe, sem "*o entrave das favelas*" desse morro e dos da Fonte Grande e Moscoso. Em seu intuito de embelezamento, no período de governo executa obras de infra-estrutura, equipamentos e de mobiliário urbano que incluem o Relógio da Praça Oito de Setembro, o Chafariz da Capixaba, o trampolim da Praia Comprida, transferência do monumento comemorativo da colonização do território, além de bancos em jardins, em ruas, passeios e meios-fios em diversos logradouros, reforma de prédios do patrimônio municipal, escadarias, citando os mais importantes.

²⁴ Dá nova delimitação aos três distritos do município da Capital, conforme descrição a seguir: 1º Distrito: Ilhas de "*Vitória*", da "*Cal*", da "*Pólvora*", dos "*Príncipes*", das "*Pombas*", do "*Urubu*", da "*Fumaça*", das "*Cobras*", do "*Boi*", do "*Frade*", das demais formadas pelos mangues, unindo-as à da Capital, no continente, dos povoados de "*Goiabeiras*" e "*Cambury*"; 2º Distrito: "*Carapina*" (povoados que lhe são tributários); 3º Distrito: "*Queimados*".

²⁵ Um artigo de Alvimar Silva publicado na revista *Vida Capixaba* em 1940, intitulado *Victoria que desaparece ... Victória que surge* se refere à inadequação da cidade a seu estágio de desenvolvimento argumentando em favor de sua reconstrução, pela necessidade de uma nova imagem que refletisse o progresso e futuro.

²⁶ O governante argumenta, ao apontar problemas de segurança pública que a maioria dos detentos nas penitenciárias advinha do meio rural. Destaca a urgência de medidas relacionadas ao incremento da produtividade agrícola e argumenta que de nada valeria se tais medidas não fossem complementadas com outras que promovessem o escoamento dessa produção, referindo-se em particular as redes rodó e ferroviárias e às instalações do porto de Vitória.

²⁷ O exercício de 1948 é descrito pelo governante, do ponto de vista da situação financeira do estado como "*menos alarmante*", permitindo um "*plano mais vasto de ação governamental*", ainda que os "*fortes traços da monocultura*" do café prevalecessem na economia capixaba e também devido à "*inquietante*" situação quanto aos preços do produto. O mesmo documento registra as facilidades oferecidas para que se instalassem indústrias em Vitória e registra "*pequeno aumento do parque industrial*". Admite que os maiores problemas quanto às possibilidades de industrialização no estado relacionam-se ao "*pequeno potencial de força elétrica aproveitado*". Em 1949, o relatório de Lindenberg já aponta problemas no Porto de Vitória e necessidade de ampliação das "*antigas instalações*" da mesma forma que suas complementações. No relatório para o ano de 1950 o governante indica que "*procurou pôr em ordem a casa*" de forma a permitir que o futuro governo "*se deparasse com possibilidades de maior êxito*". Em última instância seu propósito se desenvolveu de modo "*a assegurar aos governos de amanhã o alicerce necessário da grandeza e da prosperidade*". Enfatiza a continuidade de seus investimentos em educação construindo cerca de quarenta prédios e elevando o número desse equipamento para cem escolas rurais além de grupos escolares que inclui um na região da Praia Comprida.

²⁸ Já em seu primeiro ano de governo Santos Neves elenca expressivo número de intervenções na capital. Do Porto destaca a construção de edifício para oficinas na praia de Bento Ferreira onde inicia aterro e urbanização com "*conquista*" de áreas de mangues - superior a 200 mil metros quadrados -, segundo seu discurso, suas intervenções estavam demonstrando que seu plano nada tinha de "*utópico ou fantasioso*". Nas palavras de Santos Neves: *Vitória é um presépe, mas é também uma conquista. É conquista que não se interrompe, que se renova todos os dias, vencendo as alturas e grimando os morros ou crescendo para o oceano e dominando os pântanos* (p. 08). As "*desacreditadas*" intervenções no Porto contava com "*projetos de ampliação da faixa portuária*" (p. 08-09) que demandavam obras complementares no continente para o cais de minério em direção as ferrovias de Argolas e Pedro Nolasco. Em seu Plano de Eletrificação do Estado, o governante, almeja expandir a cota *per capita* do Espírito Santo. Aliado a esse, o Plano Rodoviário ambicionava a ligação entre as principais cidades do Estado ao norte e a sul da capital. Institui para sua viabilização o Fundo Rodoviário com o aumento de 0,05 por cento do Imposto de Vendas Mercantis. Com a ampliação de suas possibilidades de despesas, o governo argumenta que o ritmo construtivo da Secretaria de Viação e Obras Públicas, "*no mesmo diapasão das outras Secretarias de Estado*" (p. 29), foi intenso. Um conjunto de escolas foi concluído, outro conjunto ainda estava em fase de construção, incluindo escolas e jardins de infância da capital situados na Praia Comprida, Parque Moscoso, o Colégio Estadual, e grupos escolares em Goiabeiras, constituindo os investimentos que o relatório ressalta. Aponta ainda o alargamento de importantes vias como a Avenida Vitória. Destaca ainda os serviços de dragagem do porto que indicava "*a conveniência*" de conjugá-lo ao aterro da Enseada da Capixaba. Segundo o relatório, esse aterro pretendia conquistar 96 mil metros quadrados de área, dos quais cinquenta por cento destinados a abertura de vias públicas e os outros para edificações. O enrocamento para contenção do aterro teria a "*dupla finalidade de corrigir o sistema de águas da bacia de evolução do porto e conquistar para a cidade uma área edificável na continuidade da zona comercial de Vitória*" (p. 78). Argumento adicional indicava que as obras serviriam para desafogar o tráfego para a Praia Comprida e para a "*vazão dos grandes troncos rodoviários*" (p. 78) do norte. *Além das atividades de exploração comercial, conservação e ampliação das instalações portuárias, foi acometido à Administração do Porto de Vitória a realização dos aterros da Enseada da Capixaba e os mangues entre o Forte de São João e Bento Ferreira* (p. 78).

²⁹ Diversas ruas e calçadas recebem pavimentação, edificações públicas são pintadas ou reformadas; a cidade recebe iluminação e "*ornamentação festiva*". É neste ano de 1952 que é concluído o parque infantil da Praia Comprida, o parque infantil e a concha acústica do Parque Moscoso que também sofreu reformas de modernização além de outras obras incluídas como de menor vulto. O Porto novamente aparece em destaque uma vez que o relatório explicita a intenção do governo em aumentar mais ainda sua capacidade com o propósito de facilitar na exportação e importação, a indústria, o comércio e a lavoura do estado. Aliado a isto, para o desenvolvimento do plano urbanístico da capital, continuava "*em ritmo acelerado as obras da Esplanada da Capixaba*" (p. 79). Com esse propósito, o governo necessitaria realizar diversas desapropriações de imóveis que "*interferem nos planos dessas obras ou que são necessárias às mesmas*" (p. 81) incluindo-se aí "*todos os imóveis existentes no antigo Porto das Pedras*" (p. 81).

³⁰ No ano de 1954, ao apresentar sua prestação de contas à Assembléia Legislativa o governante, aponta dificuldades "*inesperadas*" para a realização dos serviços de construção da rede de esgotos de águas pluviais e de resíduos domiciliares que impediram a conclusão do aterro da Esplanada da Capixaba. O relatório de Santos Neves para seu ano final de governo afirma que: *As obras que estão sendo levadas a efeito em Bento Ferreira, Ilha de Santa Maria e Forte São João, como parte integrante do Plano de Valorização Econômica, foram, em 1953, muito aceleradas. As obras em apreço, que consistem na recuperação de vasta área em mangais, com cerca de 1.600.000 m2, podem ser classificadas da seguinte maneira* (p. 98).